

## SESSÃO COMEMORATIVA DOS 75 ANOS DA IGF – 17 DE MAIO DE 2005

### **Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças Professor Doutor Luís Campos e Cunha**

Senhor Inspector-Geral de Finanças, Senhores Conferencistas, minhas Senhoras e meus Senhores, caros amigos:

Num Estado moderno e democrático a boa aplicação dos dinheiros públicos deve ser uma prioridade na agenda da governação e em Portugal constitui uma das traves mestras da acção deste Governo.

O Governo está empenhado em reforçar e consolidar um Organismo de auditoria interna independente, eficaz e credível e que garanta uma informação fiável e oportuna, um Organismo que fundamente a tomada de decisão sobre a melhor gestão dos dinheiros públicos, qualquer que seja a sua proveniência, nacional ou comunitária. É pois preocupação do Governo, no quadro de rigor que deve caracterizar a gestão pública e o respeito pelos cidadãos, garantindo que o dinheiro dos seus impostos seja bem aplicado.

A minha presença nesta sessão comemorativa dos 75 anos da Inspeção-Geral de Finanças tem justamente o significado de testemunhar publicamente o prestígio que a IGF tem conquistado ao longo dos anos, como Organismo que tem constituído uma escola de valores e de competências. Desejo que assim continue, pelo menos nos próximos 75 anos.

As organizações são aquilo em que os seus quadros e dirigentes as conseguem transformar. Não posso, por isso mesmo, deixar de sublinhar a aposta lúcida e permanentemente renovada que a IGF tem feito na qualificação dos seus funcionários, cuja dedicação e profissionalismo importa estimular.

Como Organismo de controlo financeiro estratégico, a IGF tem sido um instrumento de apoio ao Governo garantindo do lado do controlo financeiro uma atenção particular aos sectores onde o esforço de contenção da Despesa assume maior relevância.

Neste momento histórico em que Portugal se confronta com uma situação especialmente complexa na área das finanças públicas, a actualização do Programa de Estabilidade e o Orçamento Rectificativo constituem documentos fundamentais para a consolidação das nossas contas públicas e para assegurar o comprometimento efectivo do Governo perante os cidadãos, os mercados e os nossos parceiros da União Europeia. Neste quadro, a existência de

uma Administração Pública prestigiada e competente, respeitada internamente e entre os pares internacionais, é um factor crítico de sucesso para o projecto em que todo o país está envolvido.

A nível internacional, destaco o papel de garante da credibilidade do Estado português, como destinatário de fundos comunitários dos diversos QCA, que a IGF cimentou ao longo dos anos. Sinal inequívoco desse respeito constitui a proposta recentemente formulada pela Comissão Europeia a Portugal, através da IGF, e em simultâneo com outros 4 estados-membros, de celebração de um acordo de confiança e desenvolvimento de protocolo de controlo já antes celebrado entre a IGF e as autoridades comunitárias. Sentimo-nos confortados por saber hoje que também neste domínio, da auditoria do controlo financeiro, a acção da nossa Administração é, no quadro comunitário, estimada e respeitada.

Este património de credibilidade que a IGF ao longo dos anos alicerçou tem sido ao mesmo tempo acompanhado de uma permanente preocupação de olhar para o futuro e saber ler os sinais do tempo. O próprio tema do painel que se seguirá na 2ª parte desta sessão aponta já para o futuro.

Numa época em que a mudança é vertiginosa, a única forma de acompanhar o estado da Arte é a de nunca desistir de olhar para a perspectiva e para a inovação, com abertura crítica à mudança. Sei que é uma matéria que ocupa um espaço privilegiado no Plano e na acção da IGF. Felicito-os por isso e convido-vos a aprofundar essa mesma linha estratégica de reflexão e acção. As novas tecnologias começam, antes de mais, pelas pessoas.

Cada vez mais, o auditor se vai convertendo, à luz das melhores práticas internacionais, num elemento decisivo para a gestão pública, neste caso para o Governo. Trabalhos de fundo em áreas complexas, como as da auditoria aos sistemas de informação, aos sectores críticos da despesa e da receita do Orçamento de Estado e da Reforma da Administração Pública colocaram a IGF como um Organismo que faz parte da solução. Esta é a missão e a responsabilidade da IGF, organismo que não se pode limitar apenas ao diagnóstico dos problemas, mas deve apontar soluções.

Aproveitando a minha presença nesta sessão, quero também dirigir uma palavra relativo ao Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado, presidido pela IGF, que representa uma das soluções mais avançadas conseguidas no plano internacional no domínio da coordenação estratégica entre auditores internos. Constitui um exemplo de, como juntando competências e vontades, se pode servir melhor o país.

Estamos num tempo em que é necessário mobilizar todo os portugueses para um enorme esforço de consolidação orçamental. O Governo e o Ministro das Finanças contam também com o SCI e o empenho de todos os seus membros para a difusão de uma cultura de controlo

na gestão dos dinheiros públicos. Não há lugar a ineficiências ou desperdícios, quando os interesses fundamentais dos cidadãos estão em jogo. Portugal é um país que assume as suas responsabilidades e os seus compromissos, pelo que o Governo não deixará de dar o impulso necessário que um projecto desta envergadura requer. Assim o exige o respeito pela comunidade do país, assim reivindicam os cidadãos, 'contribuintes ou juristas' e assim esperam os países que connosco fazem parte da União Europeia.

A IGF faz 75 anos e por isso está de parabéns, mas com a Inspeção-Geral de Finanças também Portugal, pela mesma razão, está de parabéns. Muito obrigado.

**Transcrição: Isabel Lameiras, SFC**